

# Oposição condiciona LDO à aprovação de novo <sup>acordo</sup> mínimo

J. Aurélio de Abreu

O governo e a oposição voltam a negociar, esta semana, um novo valor para o salário mínimo. Ontem, durante reunião dos líderes partidários foi criada uma comissão, integrada por representantes do PMDB, PSDB, PDT e PT, com o objetivo de se conseguir chegar a um acordo com os representantes do governo sobre o assunto. A decisão de dar início aos entendimentos partiu da ameaça de obstrução dos partidos de oposição ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que impede o recesso do Congresso Nacional se não for votado.

"Nosso compromisso é votar ainda neste semestre uma nova política salarial e um novo valor para o salário mínimo. Sem isso, não votaremos a lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)", anunciou o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA).

O líder governista, deputado Humberto Souto (PFL-MG) pediu um prazo para levar a situação até

o governo e saber, oficialmente, qual será a posição do Executivo sobre a proposta do Legislativo. Souto ficou de apresentar uma resposta ainda hoje aos membros da comissão de negociação, formada pelos deputados Tidei de Lima (PMDB-SP), Amaury Muller (PDT-RS), Célio de Castro (PSB-MG), Paulo Paim (PT-RS). O PSDB ficou de confirmar a indicação do deputado Jabes Ribeiro (PSDB-BA) ou do deputado Jutahy Júnior (PSDB-BA).

O texto para início de entendimento é o projeto aprovado pela Comissão do Trabalho, que fixa o mínimo em Cr\$ 47.381,96, a partir de 1º de junho, com um aumento real de 4% ao mês. Como proposta de política salarial, a Comissão aprovou um reajuste mensal para todos os salários, com base em uma prefixação do governo. Se a inflação for maior do que o índice prefixado, os salários recebem a diferença no mês subsequente.

O líder do PSB, deputado José Carlos Sabóia (MA) não acredita na possibilidade de se chegar a um

acordo ainda esta semana sobre o assunto. Para ele, a questão ficará para o próximo semestre. "Pelo menos, conseguimos dar um grande passo e forçar o governo a tomar uma posição a favor do entendimento para a mudança da política salarial", comentou.

Por sua vez, o 1º Secretário da Mesa da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, considera que chegou a hora de conseguir um acordo definitivo com o Governo sobre o assunto. "Nós já tentamos, por oito vezes, chegar a um acordo sobre esta matéria e não conseguimos porque o governo insistiu em vetar todas as propostas aprovadas pelo Congresso Nacional. Agora, temos que fazer um acordo para valer", disse.

O presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), informou ontem que irá colocar a LDO na Ordem do Dia de hoje do Congresso, em uma sessão extraordinária. Até lá, governo e oposição terão definidos os rumos que irão seguir: o do acordo ou do enfrentamento em plenário.